

RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.151 - CE (2019/0141730-6)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
RECORRIDO : WALLACE CUZZUOL HELMER
ADVOGADO : JOAO RAFAEL BEZERRA FELIZOLA TORRES - CE026098

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado:

ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO AMBIENTAL. TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA SERRADA. IMPOSIÇÃO DE MULTA E APREENSÃO DE VEÍCULO. LIBERAÇÃO DO BEM. ADMISSIBILIDADE.

1. A Lei nº 9.605/98 prevê a possibilidade de apreensão de instrumentos, petrechos e veículos utilizados para o cometimento de infrações ambientais, a teor dos arts. 25 e 72, IV.

2. Por sua vez, o Decreto nº 6.514/08 permite que o bem retido seja liberado e que, de forma excepcional, seja o seu proprietário nomeado depositário fiel, mormente se não existirem elementos de que o infrator seja reincidente no cometimento de faltas desse jaez, bem como não haja indícios de que a posse do veículo constitui qualquer ilícito.

3. É injustificável condicionar a liberação do veículo ao pagamento da multa administrativa imposta em decorrência do transporte irregular de madeira serrada, uma vez que a Administração dispõe de meios hábeis para exigir a adimplência dos seus créditos.

4. Remessa oficial desprovida.

Não foram opostos Embargos de Declaração.

O recorrente afirma que houve ofensa ao art. 25 da Lei 9.605/1998. Defende, em suma, que "a habitualidade ou não da conduta delinquente é indiferente. Como já foi dito, a Lei não restringe as apreensões dos instrumentos da prática de infrações ambientais a quando se verifique habitualidade do infrator" (fl. 154, e-STJ).

Sem contrarrazões.

O recurso foi admitido na origem.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 6.6.2019.

A matéria em questão foi submetida a julgamento no rito dos recursos repetitivos (Recursos Especiais 1.814.945/CE, 1.814.944/RN e 1.816.353/RO, relator Ministro Mauro Campbell Marques) que cuidam do tema 1036: “Aferir se é condição para a apreensão do instrumento utilizado na prática da infração ambiental a comprovação de que o bem é de uso específico e exclusivo para a atividade ilícita (Lei 9.605/1998, art. 25, § 4º, atual § 5º)”.

Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual, isto é, a criação de mecanismo que enseje às instâncias de origem o juízo de retratação na forma dos artigos 1.039 a 1.041 do CPC/2015. Nessa linha:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1º-F DA LEI 9.494/1997, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MATÉRIA AFETADA PELA SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.

(...)

2. Encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, **os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.** Precedente: AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017.

3. Somente depois de realizada essa providência, a qual representa o exaurimento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado, em sua totalidade, a este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

4. **De acordo com o entendimento do STJ, qualquer irresignação que tenha por objeto matéria tratada em recurso representativo da controvérsia deve ser devolvida aos Tribunais de origem para que exerça a competência que lhes foi atribuída pela Lei 11.672/2008.**

5. É irrecorrível ato deste Tribunal Superior que determina o sobrestamento de recursos a fim de se aguardar o julgamento do recurso representativo de controvérsia, já que desprovido de caráter decisório.

6. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.686.774/PE, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 26.2.2018, grifou-se).

Superior Tribunal de Justiça

No mesmo sentido, recentes decisões monocráticas: EDcl no REsp 1.764.797/PR, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 29.11.2018; TutPrv no REsp 1.737.903/PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 19.11.2018.

Pelo exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos arts. 1.039 a 1.041 do CPC/2015, após a publicação do acórdão dos respectivos recursos excepcionais representativos da controvérsia:**

a) **denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelos Tribunais Superiores; ou**

b) **proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator